



CADERNO DE PROVAS ESCRITAS

24 de setembro de 2017

Políticas e Gestão Escolar

EDITAL Nº 22/2016-REITORIA/IFRN
 INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas **caneta** esferográfica com material transparente com tinta na cor **azul ou preta**.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá **duração** máxima de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para responder a todas as questões do Caderno de Provas e preencher as Folhas de Respostas.
- Confira, com a máxima atenção, o Caderno de Provas, observando o número de questões contidas e se há defeito(s) de encadernação e/ou de impressão que dificultem a leitura.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

PROVA	TIPO DE QUESTÕES	NÚMERO DE QUESTÕES	TOTAL DE PONTOS
Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos	Discursivas	02	30
Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos	Múltipla escolha	30	70
Prova Objetiva de Educação Profissional		10	
TOTAL		42	100

- Confira, com a máxima atenção, se os dados (nome do candidato, inscrição, CPF e matéria/disciplina) constantes na **Folha de Respostas de Múltipla Escolha** e nas **Folhas de Respostas Discursivas** estão corretos.
- Em havendo falhas em quaisquer Folhas de Respostas, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
- As Folhas de Respostas não poderão ser dobradas, amassadas ou danificadas. Em hipótese alguma, serão substituídas.
- Assine as Folhas de Respostas no espaço apropriado.
- Ao retirar-se definitivamente da sala, **entregue todas as Folhas de Respostas ao fiscal**. O **Caderno de Provas** somente poderá ser levado depois de **transcorridas 4 (quatro) horas** do início da aplicação da prova.

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS QUESTÕES DISCURSIVAS

- As questões discursivas deverão ser respondidas unicamente no espaço destinado para cada resposta. Respostas redigidas fora do espaço reservado serão desconsideradas.
- As Folhas de Respostas, **num total de duas** (uma para cada questão), contêm os espaços destinados às respostas das duas questões discursivas.

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

- Para cada questão de múltipla escolha, há apenas **1 (uma) opção** de resposta correta.
- Transfira as respostas para a **Folha de Respostas de Múltipla Escolha** somente quando não mais pretender fazer modificações. Não ultrapasse o **limite dos círculos** na Folha de Respostas.

NOME COMPLETO:

CPF:

PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESTAS QUESTÕES DEVERÃO SER RESPONDIDAS NAS **FOLHAS DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**, MANTENDO O MEMORIAL DE CÁLCULO, QUANDO FOR O CASO.

Questão 1

Considerando o período compreendido entre os anos de 2003 e 2014, marcado por disputas diversas no que se refere às políticas públicas educacionais definidas pelo Estado brasileiro, produza um comentário em que discorra sobre a Política Nacional de Educação Profissional, de modo a caracterizar essa política e a avaliar os seus efeitos na formação da classe trabalhadora.

Questão 2

Na atualidade, as políticas educacionais têm assumido o desenho exigido pelas transformações ocorridas no mundo da produção, ocasionadas pelo desenvolvimento das tecnologias, pelo processo de globalização e pela ideologia neoliberal. Isso tem trazido implicações de natureza diversa para os sistemas educacionais brasileiros.

Diante do exposto, produza um comentário em que discorra sobre as mudanças vivenciadas no Brasil ao longo da última década do século XX e o início do século XXI, no que se refere à gestão e à avaliação educacional

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AS RESPOSTAS DESTAS QUESTÕES DEVERÃO SER ASSINALADAS NA FOLHA DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA.

1. A relação entre educação e trabalho, vista sob uma perspectiva economicista, é amplamente discutida na Teoria do Capital Humano
De acordo com o construto que dá sustentáculo à essa teoria,
 - A) o aumento da produção, em decorrência do aumento do tempo de trabalho realizado, prescinde de qualquer alteração na qualificação dos trabalhadores.
 - B) a principal preocupação, do ponto de vista macroeconômico, é a análise dos nexos entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico de um país.
 - C) o capital cultural, traduzido nas ações pedagógicas, reproduz a cultura dominante e as relações de poder de um determinado grupo social.
 - D) a axiologia educacional transcende ao saber e ao fazer e se impõe como hermenêutica pedagógica, para interpretar as intencionalidades educativas.

2. São características do mundo do trabalho toyotista:
 - A) produção em larga escala, acordos coletivos e forte representação sindical, vínculos empregatícios estáveis e controle externo do trabalho.
 - B) aumento do desemprego estrutural, precarização do trabalho, fragilização dos vínculos coletivos, maior qualificação dos trabalhadores e aumento da competitividade.
 - C) gerência despótica do trabalho, fabrico contínuo e artesanal e conhecimento sobre o processo do trabalho pertencente ao trabalhador.
 - D) produção autogestionária, consumo responsável, cooperativismo e sustentabilidade econômica e social.

3. Dentre o conjunto de seus efeitos, a Emenda Constitucional nº 14, de setembro 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério,
 - A) estabelece a forma de organização de instituições privadas de ensino superior, regulamenta as condições de funcionamento das instituições sem fins lucrativos e regula as formas de criação ou incorporação de novas graduações.
 - B) vincula o salário educação à educação básica, definindo que 60% dos recursos deverá ser utilizado para remuneração do magistério da educação básica e fixa treze diferenciações para orientar o cálculo do custo-aluno.
 - C) estabelece um prazo para que estados, Distrito Federal e municípios apresentem seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação.
 - D) coloca o MEC no centro da formulação, da implementação, da avaliação e do controle das políticas públicas voltadas para o ensino fundamental, sem, contudo, arcar com a primazia de sua manutenção.

4. No setor produtivo, dois princípios se apresentam como aspectos estruturantes da modernização organizacional: I - descentralização; e II - a redução de níveis hierárquicos.

No âmbito das políticas educacionais brasileiras, as implicações equivalentes a cada um desses princípios são:

- A) I - superação do tecnicismo; e II - a consolidação do Plano Nacional de Educação.
- B) I - municipalização da educação; e II - democratização da gestão educacional.
- C) I - criação dos conselhos escolares; e II - elaboração do Projeto Político-Pedagógico.
- D) I - gerencialismo na administração pública; e II - subordinação da educação ao mercado.
5. De acordo com a Lei nº 13.005 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, o poder público deverá, no prazo de dois anos,
- A) aprimorar o regime de colaboração entre estados, união e municípios.
- B) instituir o Sistema Nacional de Educação.
- C) estabelecer um regime de colaboração entre união, estados e municípios.
- D) aperfeiçoar o Sistema Nacional de Educação.
6. O termo divisão do trabalho refere-se às diferentes formas que os seres humanos, ao viverem em sociedades históricas, produzem e reproduzem a vida. O termo possui variações relacionadas a diferentes fenômenos sociais de acordo com as formas de produzir bens e serviços necessários à vida.
- Nesse sentido, a divisão manufatureira do trabalho refere-se à divisão.
- A) do trabalho em distintos ofícios realizados simultaneamente por cada trabalhador no interior de uma sociedade, sendo uma característica do modo capitalista de produção.
- B) de uma especialidade produtiva em numerosas operações limitadas de modo que o produto do trabalho resulte de uma grande quantidade de operações executadas por trabalhadores distintos, especializados em cada tarefa.
- C) da produção no cenário mundial entre os trabalhadores de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, na qual os primeiros realizam o trabalho intelectual e os segundos realizam o trabalho manual.
- D) de funções entre os trabalhadores em conformidade com suas aptidões naturais e sociais, visando a ampliação da produção e do lucro.
7. No cenário da reestruturação produtiva, o perfil formativo requerido é abalizado pela ênfase
- A) na formação do homem em todas as suas dimensões de integralidade, com vistas à formação de base politécnica.
- B) no trabalhador disciplinado para cumprir ordens, regras, horários e comandos e no desenvolvimento de habilidades psicomotoras.
- C) na capacidade de memorização e de repetição de instruções sequenciais, na acuidade visual e na força física.
- D) no trabalhador flexível, polivalente e adaptável e no aperfeiçoamento da vinculação entre escola e mercado de trabalho.

8. Passados vinte anos da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional-LDB (Lei nº 9.394/1996), na literatura da área, discute-se a ideia de que a gestão democrática da educação ocorre no espaço de disputa entre distintos projetos sociais, pautados por antagônicas concepções de democracia, de estado e de educação.

Nesse sentido, um Conselho Escolar alinhado com interesses efetivamente democráticos

- A) considera os condicionantes políticos, econômicos e culturais da participação e busca recompor a dimensão política das práticas administrativas.
 - B) estimula o desenvolvimento de lideranças capazes de promover mudanças na cultura organizacional da escola e de legitimar decisões da gestão escolar.
 - C) assume uma concepção técnica, racional e neutra de gestão e se orienta pelos princípios da confiança e da transparência.
 - D) desburocratiza a prática administrativa e centraliza a tomada de decisões nos representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, eleitos pelos seus pares.
9. A partir da década de 1990, teorias que tematizam sobre as políticas educacionais brasileiras consideram que as categorias centralização e descentralização
- A) ocorrem simultaneamente por meio de mecanismos de controle das políticas sociais e por meio de mecanismos de desresponsabilização do Estado.
 - B) assumem conotação distinta, na medida em que a centralização deve ser superada, e deve dar lugar aos processos de descentralização.
 - C) são processos mal compreendidos e pouco efetivos, o que explicaria a pouca eficiência e eficácia das políticas educacionais.
 - D) promovem a elaboração coletiva de propostas pedagógicas que visem à realidade e às demandas de cada unidade escolar.
10. Entre as principais metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) para o campo da formação docente, destacam-se:
- A) promoção da avaliação periódica da qualidade de atuação dos professores; ampliação da oferta de cursos superiores noturnos; orientação de processos de certificação das instituições formadoras; e criação de cursos de ensino médio destinados à formação de pessoal de apoio.
 - B) mapeamento do diagnóstico da demanda de habilitação de professores leigos em todos os sistemas de ensino; desenvolvimento de programas de educação a distância; e admissão de professores e demais profissionais de educação que possuam a qualificação exigida pela LDB/1996.
 - C) aperfeiçoamento do sistema nacional de avaliação do ensino superior; indução de processos próprios de autoavaliação das instituições de ensino superior; elevação da taxa de conclusão dos cursos de ensino superior; e promoção da melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e demais licenciaturas.
 - D) elevação da taxa de matrícula no ensino superior; consolidação de uma política nacional de formação dos profissionais da educação básica; formação, em nível de pós-graduação, de 50% dos professores da educação básica; e valorização profissional, por meio do aumento da remuneração e desenvolvimento de planos de carreira.

11. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, definida pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, caracteriza-se, dentre outros aspectos, pela
- A) oferta nos níveis básicos, destinada à formação inicial e continuada ou à qualificação profissional e pela oferta no nível técnico, destinada à profissionalização ou a egressos do Ensino Médio.
 - B) integração com outras modalidades educacionais, como Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação a Distância e por sua oferta nas formas integrada e concomitante.
 - C) oferta de tecnólogos, correspondente a cursos na área tecnológica, destinados aos egressos do ensino médio técnico.
 - D) orientação curricular restrita ao desenvolvimento de competências, conhecimentos e habilidades exigidas pelo setor produtivo.
12. O conceito de *accountability*, um princípio inserido no regime democrático moderno,
- A) norteia a busca da impessoalidade, neutralidade, objetividade e racionalidade no aparato governamental.
 - B) pressupõe, de um lado, que a burocracia pública estatal deve qualificar os gerentes para dar efetividade e, do outro, que dê eficiência às políticas públicas.
 - C) pressupõe, de um lado, a responsabilidade dos governos em prestar contas aos cidadãos e, do outro, o direito dos cidadãos de controlar as ações dos governos.
 - D) orienta os procedimentos para se atingir os objetivos de uma organização, nesse sentido, é sinônimo de administração.
13. Na década de 1990, a educação de jovens e adultos foi secundarizada na agenda educacional brasileira. Nos marcos do PNE (2001-2011), as tentativas de superação desse quadro
- A) priorizaram a atenção ao direito subjetivo dos jovens e adultos ao ensino fundamental e ao acesso a programas de alfabetização.
 - B) estimularam a oferta de matrículas de educação de jovens adultos na forma integrada à educação profissional.
 - C) defenderam a oferta da EJA em espaços de privação de liberdade e sua articulação com a educação especial.
 - D) fomentaram a certificação de jovens e adultos trabalhadores, em articulação com os cursos técnicos de nível médio.
14. No Brasil, a modernização da gestão educacional foi implementada por meio de duas gerações de reformas. A primeira, de caráter estrutural; e, a segunda, de caráter organizacional e cultural. São iniciativas que caracterizam, respectivamente, cada uma dessas duas gerações de reformas educacionais:
- A) da primeira, o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação; e, da segunda, a eleição direta dos dirigentes escolares.
 - B) da primeira, o Sistema Nacional de Educação; e, da segunda, a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.
 - C) da primeira, a criação do FUNDEF; e, da segunda, o desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.
 - D) da primeira, a aprovação do Plano Nacional de Educação (2001-2011); e, da segunda, a elaboração dos planos municipais e estaduais de educação.

15. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007) estabeleceu que o Distrito Federal, os estados e os municípios, deveriam
- A) elaborar planos decenais com base no Plano Nacional de Educação e mapear a demanda para os diferentes níveis da educação básica.
 - B) assegurar que, em três anos, fossem estabelecidas as diretrizes curriculares e o Projeto Pedagógico de todas as escolas.
 - C) aderir ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação e elaborar seus respectivos Planos de Ações Articuladas.
 - D) mapear a população analfabeta em suas esferas, visando a instrumentalizar o planejamento da oferta para EJA.
16. Numa concepção crítica de educação, o ensino médio integrado à educação profissional fundamenta-se na politecnia.
- Nesse contexto, a politecnia
- A) constitui-se no domínio da técnica em nível intelectual e na possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição de tarefas em nível criativo.
 - B) introduz o conhecimento de uma nova base técnica advinda do modo de produção capitalista e a progressiva inserção das novas tecnologias.
 - C) relaciona-se com a capacidade de o indivíduo tornar-se e manter-se empregável, tendo em vista uma maior diversidade e viabilidade de postos de trabalho.
 - D) preconiza a superação da divisão social do trabalho e da integração entre as diferentes disciplinas do currículo escolar.
17. De acordo com o Artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996), respeitadas as normas comuns e as do sistema de ensino, uma das incumbências dos estabelecimentos de ensino é
- A) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
 - B) assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos.
 - C) informar à secretaria de educação da respectiva rede os alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei.
 - D) definir normas para a gestão democrática e para a composição e para o funcionamento dos órgãos colegiados implementados em cada escola.
18. Em relação às concepções de gestão educacional, é correto afirmar que a gestão
- A) patrimonial prioriza a competência técnica dos indivíduos, por isso, defende a realização de concurso público de provas e títulos para o cargo de diretor escolar.
 - B) burocrática defende que a escola deve primar por uma organização rígida, baseada na normatização de ações, na divisão e no controle do trabalho educativo.
 - C) gerencial defende a administração escolar nos moldes empresariais e enfatiza a racionalização dos investimentos, a descentralização administrativa e as relações clientelistas.
 - D) democrática tem como princípios basilares a co-participação, a autogestão, a desconcentração de funções e de responsabilidades dentro da escola.

19. No Brasil, a cultura de avaliação em larga escala dos sistemas educativos intensifica-se a partir dos anos 1990, em um contexto de redefinição da atuação do Estado brasileiro, o qual passa a exercer suas atividades em conformidade com a perspectiva de um Estado
- A) regulador.
 - B) supervisor.
 - C) provedor.
 - D) aferidor.
20. O Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, instituído em 1990, é composto pelas seguintes avaliações externas em larga escala:
- A) Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) e Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).
 - B) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
 - C) Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).
 - D) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
21. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011. Esse Programa
- A) apresenta o Programa Brasil Profissionalizado, destinado à conclusão do ensino fundamental na modalidade EJA em concomitância com cursos técnicos profissionalizantes.
 - B) apresenta prioridade com relação à oferta de ensino médio integrado à educação profissional, a ser desenvolvida pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
 - C) instituiu-se como incentivo ao aumento da escolarização de jovens e adultos ao condicionar à matrícula nos cursos de qualificação profissional e formação inicial e continuada à matrícula na EJA.
 - D) instituiu-se com a proposta de ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.
22. O Governo Federal regulamentou, em 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).
- Sobre o Proeja, é correto afirmar:
- A) dentre as formas de cursos oferecidos pelo programa, encontra-se a educação profissional técnica subsequente ao ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos.
 - B) o programa objetiva elevar a escolaridade de jovens e adultos entre 18 e 29 anos, analfabetos ou com ensino fundamental incompleto, por meio do desenvolvimento de ações comunitárias em exercício de cidadania, na forma de curso.
 - C) dentre as formas de cursos oferecidos pelo programa, encontra-se a formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos - EJA.
 - D) o programa objetiva ampliar as oportunidades educacionais de trabalhadores, por meio de cursos de qualificação profissional para jovens e adultos que já concluíram a educação básica.

23. O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, lançado pelo governo federal em 24 de abril de 2007, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica,
- A) vincula as transferências obrigatórias de recursos financeiros do governo federal aos municípios, estados e Distrito Federal à assinatura de um termo de adesão.
 - B) cria o Plano de Ações Articuladas enquanto instrumento de planejamento apoiado pela União, a ser elaborado anualmente por estados e Distrito Federal.
 - C) estabelece as dimensões gestão educacional, formação de professores, recursos pedagógicos e assistência estudantil como eixos de ação para o apoio da União.
 - D) institui o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica como indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.
24. Sobre o planejamento educacional no Brasil, é correto afirmar:
- A) a partir de 1964, o protagonismo, no âmbito do planejamento educacional, transferiu-se dos tecnocratas para os educadores. Tal transferência, em termos organizacionais, expressou-se na independência do MEC e das secretarias de educação em relação aos dirigentes e técnicos da área econômica do Ministério do Planejamento.
 - B) na década de 1930, deu-se início ao planejamento em educação cujo marco foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A partir do Manifesto, o conceito de plano assume o sentido de instrumento da racionalidade científica no campo da educação, em consonância com o ideário tecnicista.
 - C) a partir da década de 1990, o planejamento educacional vem sendo marcado por alinhamentos às mudanças econômicas de cunho neoliberal. O desenvolvimento do planejamento estratégico, em sua modalidade gerencial, é uma orientação que prescinde da elaboração do Projeto Político-Pedagógico em todas as redes e escolas públicas brasileiras.
 - D) na década de 1980, período de transição à Nova República, pretendeu-se introduzir uma racionalidade democrática ao planejamento educacional, na tentativa de combater o autoritarismo vigente no período da ditadura militar. Tal racionalidade, entretanto, foi insuficiente para romper com práticas autoritárias e clientelistas de planejamento educacional.
25. De acordo com o que estabelece o Parecer CNE/CEB nº. 11/2000, dentre as funções da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas respectivas características, encontra-se a função
- A) equalizadora, que apresenta, na igualdade perante a lei, o seu ponto de chegada, tornando-se um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades.
 - B) reparadora, que se relaciona com o suprimento dos conhecimentos históricos e sociais que foram negados aos jovens e adultos que não concluíram a escolarização.
 - C) ressocializadora, que possibilita aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.
 - D) qualificadora, que apresenta como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode-se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

26. Segundo o que estabelece a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no que diz respeito à organização da educação brasileira, é correto afirmar:

- A) a criação dos sistemas municipais de ensino não é obrigatória, de modo que os municípios podem se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.
- B) os sistemas municipais de ensino têm a incumbência de fixar os conteúdos mínimos para a educação infantil e para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e a respeitar os valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
- C) os sistemas municipais de ensino devem assegurar o processo municipal de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental em colaboração com o sistema estadual de ensino, objetivando a melhoria da qualidade do ensino.
- D) a realização do recenseamento de todos os estudantes em idade escolar, incluindo os da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, é da competência dos sistemas municipais de ensino.

27. Entre os anos de 1996 a 2006, foram criados o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Considerando o financiamento para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no contexto desses fundos contábeis, é correto afirmar:

- A) a inclusão da EJA no FUNDEB representa um ínfimo avanço, sendo necessário regulamentar a inclusão dessa modalidade nos programas de assistência estudantil do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, compreendendo a provisão de merenda escolar, transporte escolar e livros didáticos.
- B) a inserção paulatina da EJA no FUNDEF realizou-se em condições relativamente desvantajosas em razão da imposição de um teto de investimento na modalidade, limitado a 10% do total do fundo, bem como ao fato de a EJA ter o menor fator de ponderação entre as demais matrículas do ensino fundamental regular.
- C) a inclusão da EJA tanto no FUNDEF como no FUNDEB realizou-se em condições desfavoráveis em relação às demais etapas da educação básica, mesmo que os recursos disponibilizados fossem maiores do que os que já eram destinados a partir das datas que marcaram a criação desses dois fundos contábeis.
- D) a inserção paulatina da EJA no FUNDEB realizou-se em condições relativamente desvantajosas devido à imposição de um teto de investimento para essa modalidade, limitado a 15% do total do fundo, bem como ao fato de a EJA ter o menor fator de ponderação entre as demais etapas da educação básica.

28. Considerando a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, é correto afirmar:

- A) os itens que compõem a remuneração, para fins da aplicação do mínimo de 60%, incluem salário, 13º salário, inclusive 13º salário proporcional, auxílio transporte, 1/3 de adicional de férias, PIS/Pasep, gratificações inerentes ao exercício de atividades ou funções de magistério. Incluem, ainda, gratificações ou retribuições pelo exercício de cargos ou funções de direção ou chefia.
- B) a parcela de 40% deve ser aplicada em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), como, na remuneração, na capacitação e na formação continuada dos profissionais da educação, com ou sem cargo de direção e chefia, excluídos outros servidores que atuam na realização de serviços de apoio técnico-administrativo e operacional.
- C) a parcela mínima de 60% deve ser destinada à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica pública, com vínculo contratual em caráter permanente ou temporário com o Estado, Distrito Federal ou Município, regido tanto por regime jurídico específico do ente governamental contratante quanto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- D) os profissionais que atuam na assistência social, médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, oferecidas aos alunos da educação básica não poderão ser remunerados com os recursos do Fundeb. Entretanto, despesas com a capacitação desses profissionais podem ser realizadas com o montante dos 40% do Fundo destinado Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

29. A meta 20 do atual Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024) objetiva ampliar o investimento público em educação pública para o equivalente a 10% do PIB ao final do Plano. Como estratégia para alcançar essa meta, esse Plano estabelece o Custo Aluno Qualidade-CAQ, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica.

Com base no que está expresso no PNE, é correto afirmar que o CAQ será

- A) ajustado pelo Ministério da Educação – MEC em regime de colaboração com estados, Distrito Federal e municípios, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação – FNE, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal.
- B) calculado a partir do acompanhamento regular da relação alunos(a) - professor(a) e dos indicadores de gastos educacionais com investimento em aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim, no cumprimento do piso salarial profissional e na garantia de condições adequadas de trabalho na escola.
- C) implementado a partir da receita resultante de impostos, taxas e contribuições, compreendendo as que são provenientes de transferências, respeitando-se a aplicação anual de nunca menos de 18% do total arrecadado por parte da União e de 25% por parte dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- D) calculado a partir do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

30. A meta 11 do atual Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024) apresenta como objetivo triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio. Essas matrículas devem ocorrer com pelo menos 50% da expansão, no segmento público.

Dentre as estratégias propostas para o alcance dessa meta, estabelece-se a expansão

- A) de matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional.
- B) das instituições de educação profissional estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal.
- C) de matrículas na Rede Federal de Educação, considerando a responsabilidade da Rede na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos e culturais locais e regionais.
- D) das ofertas de educação profissional às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais em regime de colaboração com escolas das redes públicas estaduais de ensino.

PROVA OBJETIVA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

AS RESPOSTAS DESTAS QUESTÕES DEVERÃO SER ASSINALADAS NA FOLHA DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA.

31. Com a publicação da Lei n. 11.892/2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica adquiriu uma nova institucionalidade, passando a articular educação básica, superior e profissional, de forma pluricurricular e *multicampi*. Como Instituição integrante dessa Rede, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN vem ampliando as suas ofertas pelos diversos *campi*, contemplando modalidades e ofertas distintas.

Considerando essa abrangência e as normatizações estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico da Instituição, todas as ofertas do IFRN devem organizar-se por meio de

- A) cursos profissionais em nível básico; cursos de nível médio integrado ao ensino técnico; cursos superiores de tecnologia; cursos de engenharia; cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e de especialização; e cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado profissional e mestrado acadêmico.
- B) cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional; cursos de educação profissional técnica de nível médio; cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia; cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica; cursos de pós-graduação *lato sensu*; e cursos de pós-graduação *stricto sensu*.
- C) cursos básicos de nível médio na forma concomitante; cursos de nível médio integrado ao ensino técnico; cursos superiores de tecnologia; cursos superiores de licenciatura; cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e de especialização; e cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado acadêmico.
- D) cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação de trabalhadores; cursos de nível médio integrado ao ensino técnico na modalidade presencial e a distância; cursos de engenharia; cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização; cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado acadêmico e mestrado profissional.

32. O IFRN, de natureza jurídica de autarquia e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, declara e assume oficialmente a função social de

- A) transmitir e gerar conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem ao estudante um padrão de competência técnico-profissional, atuando no desenvolvimento de tecnologias relativas ao processo produtivo e na prestação de serviços à população, visando, dessa maneira, a compreensão do meio como condição para interferir na sociedade e transformá-la em função dos interesses coletivos.
- B) orientar os processos de formação – com base na integração e na articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimento específico – no intuito de desenvolver a capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao exercício da laboralidade, que se traduzem no conjunto das ações institucionais de ensino, pesquisa e extensão.
- C) desenvolver o estudante como ser historicamente situado, com capacidade de interferir na sua realidade para aceitá-la, rejeitá-la ou transformá-la e com capacidade de pensar e de adquirir conhecimentos que o instrumentalizem para uma compreensão mais elaborada de sua realidade individual, tornando-se, no futuro, capaz de assumir, com autonomia, a gestão social do seu entorno.
- D) ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais.

33. Em sua dimensão pedagógica, o Projeto Político-Pedagógico – PPP do IFRN prevê princípios e diretrizes norteadores de ações pedagógicas a serem desenvolvidas em sintonia com a pedagogia crítica.

Ancorando-se nesse documento institucional, são princípios orientadores da prática pedagógica do IFRN

- A) a valorização e a capacitação de educadores, a formação de atitudes e convicções, o desenvolvimento de aptidões e a percepção das relações entre sociedade–trabalho–escola.
 - B) o respeito à liberdade, o apreço à tolerância, a garantia do padrão de qualidade e a deferência à pluralidade de valores culturais.
 - C) a pesquisa como princípio pedagógico, o trabalho como princípio educativo, o respeito à diversidade e a interdisciplinaridade.
 - D) o desenvolvimento de competências básicas e profissionais, a valorização profissional, o respeito ao ser humano e a defesa da educação como instrumento básico de conhecimento.
34. A organização curricular dos cursos técnicos de nível médio no IFRN tanto se ancora em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais como se orienta em concepções de sociedade, trabalho, cultura, educação, ciência e tecnologia e ser humano. Essa orientação expressa-se nos fundamentos e nos princípios do currículo integrado assumido pelo Projeto Político-Pedagógico Institucional.

Guiando-se por esse referencial, uma organização curricular situada sob tais bases deve reger-se, dentre outros, pelos seguintes princípios:

- A) entendimento da realidade concreta como síntese de múltiplas relações; respeito à pluralidade de valores e de universos culturais; e construção do conhecimento compreendida mediante as interações entre sujeito e objeto e na intersubjetividade.
 - B) formação de atitudes e de valores; superação da dicotomia teoria-prática; e aptidão profissional, visando melhor adaptação para o trabalho.
 - C) construção de perfis profissionais; capacidade de adaptação às diversas profissões; e desenvolvimento da iniciativa e do exercício de liderança.
 - D) expressão da própria historicidade do indivíduo; desenvolvimento de habilidades instrumentais básicas para o trabalho; e flexibilização curricular que possibilite o diálogo e a aproximação entre educação básica e formação técnica.
35. No Brasil, a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos – EJA, duas das modalidades de ensino previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394/1996), passaram a ocupar maior espaço nas agendas da política educacional a partir dos anos de 1990.

Nesse contexto, há um Programa considerado pioneiro, instituído por decreto do Governo Federal em 2005 e redimensionado em 2006. Apresenta como uma das finalidades a elevação da escolaridade dos brasileiros e concebe a escola como locus integrante e atuante nas dinâmicas sociais. Trata-se do Programa

- A) Brasil Alfabetizado.
- B) Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA (Proeja).
- C) Brasil Profissionalizado.
- D) Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

36. De acordo com a Lei 11.741/2008, a educação profissional técnica de nível médio deve ser desenvolvida em duas formas: articulada com o ensino médio e subsequente.

Essa última forma objetiva ofertar cursos destinados aos estudantes que tenham concluído

- A) o ensino médio.
 - B) um curso básico de auxiliar.
 - C) um curso FIC de qualificação profissional.
 - D) o Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania-ProITEC.
37. Essa teoria postula que a aprendizagem ocorre quando novas ideias ou informações se relacionam com conceitos relevantes e disponíveis na estrutura cognitiva do estudante predisposto a aprender. Orienta que o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula deve ser flexível em relação à experiência de vida do estudante. Trata-se, ainda, de uma teoria que defende a valorização dos conhecimentos prévios necessários à construção das estruturas mentais, permitindo ao estudante (re)construir conhecimentos de natureza diversa.

Trata-se da teoria da aprendizagem

- A) behaviorista.
 - B) humanista.
 - C) significativa.
 - D) culturalista.
38. De acordo com o Projeto Político-Pedagógico – PPP do IFRN, uma proposta educativa que vise articular educação profissional e tecnológica, educação básica e educação de jovens e adultos na perspectiva do currículo integrado deve fundamentar-se, teórico-metodologicamente, nos princípios da politecnia, da formação *omnilateral*, da interdisciplinaridade e da contextualização.

Uma ação educativa pautada por princípios dessa natureza pressupõe um perfil esperado de discentes que abarque, dentre outros, o seguinte aspecto:

- A) capacidade de domínio dos conteúdos conceituais e de seus significados nos mais diversos contextos, visando a articulação curricular e a adequação às características inerentes ao desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e psicológico.
- B) interesse pelo trabalho dos docentes, portando-se como agente interativo da prática educativa e demonstrando autonomia individual frente à construção do conhecimento.
- C) interesse por aprendizagens realizadas no ambiente coletivo da sala de aula com fins de desenvolver autonomia intelectual integrada ao exercício profissional.
- D) capacidade de inserção nos processos educacionais, como agente participativo e crítico da prática educativa, demonstrando autonomia intelectual e responsabilidade quanto ao que se refere à construção de seu próprio conhecimento.

39. Os procedimentos pedagógicos para a Educação de Jovens e Adultos – EJA singularizam-se em função da natureza específica do público a que se destinam. Em respeito às especificidades dessa modalidade de ensino, faz-se necessário traçar diretrizes e indicadores metodológicos a fim de auxiliar os estudantes jovens e adultos em suas construções cognitivas.

Nessa direção, o processo ensino-aprendizagem para os estudantes de cursos vinculados à modalidade EJA no IFRN pressupõe, dentre outras, a seguinte orientação:

- A) elaborar materiais de nivelamento adaptados para suprir as dificuldades dos estudantes com baixo nível de aprendizagem escolar, mesmo que isso implique alteração no currículo e, conseqüentemente, formação técnica diferenciada.
 - B) problematizar o conhecimento sistematizado a partir da realidade local intraescolar, tendo em vista que os estudantes apresentam ritmos de aprendizagem distintos.
 - C) organizar o ambiente educativo de modo a articular múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões da formação dos jovens e dos adultos, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida.
 - D) desenvolver a prática profissional ao final de cada semestre letivo, objetivando recuperar, de forma imediata, as lacunas apresentadas pelos estudantes.
40. Orientando-se pelas concepções defendidas no Projeto Político-Pedagógico – PPP, é imprescindível que o conteúdo acadêmico curricular para a educação profissional e tecnológica ofertada no IFRN
- A) esteja associado e integrado à temática trabalho, na perspectiva de formação humana integral, constituindo-se nos fundamentos das ações da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia.
 - B) esteja associado e integrado à realidade individual dos sujeitos, assegurando-lhes maior inserção no mundo laboral para ascenderem socialmente.
 - C) seja mediado pela construção de um raciocínio uniforme, elegendo, como principal valor do trabalho, a instrumentalidade para o sucesso econômico.
 - D) seja mediado pela qualificação profissional, associando-a ao desenvolvimento de competências básicas na perspectiva da multiprocessualidade e instrumentalidade do trabalho.

RASCUNHO